

Tese da moratória pega fogo mas perde fôlego

Declarações de Sarney e nota do próprio PMDB colaboram para esvaziar a idéia

As declarações do presidente Sarney ao secretário da CEE, Claude Cheysson, de que o Brasil honrará todos os compromissos internacionais; a moderada nota oficial do PMDB sobre a dívida externa e a boa receptividade que as medidas do Cruzado II obtiveram junto ao FMI, abrindo caminho para a negociação com o Clube de Paris, no próximo dia 15, contribuiram para que a tese da moratória perdesse fôlego na última semana.

Foi o próprio Governo através do Palácio do Planalto, ou mediante seguidas entrevistas do ministro da Fazenda Dilson Funaro, que estimulou a discussão da tese tentando alcançar, simultaneamente, dois objetivos: primeiro, de ordem interna, desviar a discussão dos efeitos recessivos e inflacionários do Cruzado II, segundo, de ordem externa, pressionar os credores - governos e bancos - às vésperas do início efetivo das negociações.

O primeiro objetivo foi plenamente alcançado; a articulação que se desenhava no PMDB para combater o Cruzado II, no rastro das denúncias públicas do governador eleito de São Paulo, Orestes Quéría, foi substituída pela exacerbada nacionalista e de defesa da soberania, capitaneada pelo senador Severo Gomes. O Palácio do Planalto deu o sinal verde para que o partido elaborasse uma opinião sobre a renegociação da dívida, e contatos foram feitos entre os líderes do partido e os ministros da área econômica.

As primeiras discussões revelaram que a posição do partido majoritário não mudou essencialmente nos últimos três anos. A proposta que se pretendia apresentar abrangia três fases: 1) - suspensão unilateral dos pagamentos do serviço da dívida por um prazo de três anos; 2) - nesse período o governo e o Congresso fariam um levantamento sobre a "legitimidade" da dívida, para definir o que foi obtido "legitimamente" e o que foi "ilegitimo", evidentemente, não do ponto de vista contratual mas político-econômico; 3) - quantificado o valor da dívida "legítima" seriam retomados os pagamentos, estabelecendo-se, no entanto, um teto para as transferências, que não poderia ultrapassar 20% das exportações ou 2% do PIB.

O segundo objetivo, no entanto, não foi alcançado, e acabou influenciando a virada de posição do PMDB. A retórica da bravata, pregada dentro e fora do governo despertou a reação dos credores obrigando as autoridades da área econômica a se desdobrarem para explicar que o objetivo do governo não foi alterado: serão integralmente cumpridos, nos prazos previstos, todos os compromissos ex-



Severo: com teses de moderação, como as que ouviria Cheysson



ternos do país.

Os banqueiros também reagiram publicamente, deixando claro que uma moratória exporía o Brasil ao mercado financeiro internacional por um período de pelo menos vinte anos. Outros responderam às ameaças da moratória reafirmando que não flexibilizariam sua posição em relação às negociações sob o impacto da orquestração da moratória.

A moderada nota do PMDB obteve boa receptividade no Governo e em especial junto aos ministros da área econômica precisamente por ter registrado não a tese oficial do partido, mas a cuidadosa posição do Executivo, ou seja: todo o esforço será feito para reduzir as transferências líquidas de recursos para o exterior, através da redução de "spreads" e outros custos da dívida (taxas, comissões etc.) e, sobretudo, da retomada, ainda que limitada, do fluxo de empréstimos externos. Em suma US\$ 4 bilhões ou US\$ 5 bilhões anuais de fresh money resolveriam o problema, ao lado de um spread de um por cento ou um pouco menos.

Resta apenas uma preocupação: a da greve geral marcada para o próximo dia 12 e que terá também a condecoração de um movimento de protesto contra o pagamento da dívida externa, por exigência da CUT. E provável, no entanto, que a mobilização acabe por dar ensejo ao protesto contra as medidas do plano cruzado, em face da prevalência da liderança da CUT no movimento paredista.

O núcleo de economistas associados ao Governo que resiste à idéia da moratória, seja qual for a conotação, tem base no

nal. Ele considera que uma "suspenção negociada de pagamentos" num período de dois a três anos não será o fim do mundo e poderá ser absorvida pelos banqueiros.

O segundo membro do governo mais qualificado, e que desde o início vem insistindo na moratória é o chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Beluzzo, que defendia a tese ainda no governo anterior, quando militava na oposição à política econômica de então. Beluzzo joga na necessidade do endurecimento, mas no tocante à dívida externa seu poder de influência é limitado.

Finalmente, entre os defensores da moratória que atuam no governo está o professor Paulo Nogueira Batista, assessor especial do ministro Funaro. Batista sempre sustentou que todos os programas de ajuste interno da economia tendem ao fracasso se não forem resolvidos a questão do estrangulamento externo. De uma posição de endurecimento com os banqueiros e de repulsa ao FMI, ele evoluiu para uma confrontação, cujo propósito, segundo afirma, é obter as vantagens que o país jamais conseguiria numa negociação fria.

Fora do Governo não há grandes nomes da área acadêmica que sustentam a necessidade da moratória, exceção feita ao professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília. Ele mantém essa atitude de coerência desde antes da Nova República e deixou clara sua posição nos estudos iniciais realizados pelos economistas que elaboraram as sugestões para o plano do governo do malogrado presidente Tancredo Neves, sendo essa uma das razões do seu afastamento da equipe.